

Terminal XXXIX de Santos S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do
Terminal XXXIX de Santos S.A.
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal XXXIX de Santos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Terminal XXXIX de Santos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em Reais - R\$

Ativo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	33.019.228	18.046.604	Fornecedores	13	2.157.603	2.927.960
Contas a receber de clientes	10	2.132.224	2.491.377	Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	14	2.397.855	2.148.944
Estoques	11	1.180.642	1.216.634	Impostos a recolher	15	1.271.457	1.793.405
Adiantamento a fornecedores		26.089	108.454	Imposto de renda e contribuição social		297.520	1.343.217
Outros créditos		441.400	408.996	Passivo de arrendamento	25	3.915.415	-
Total do ativo circulante		36.799.582	22.272.065	Partes relacionadas	24	8.723.782	3.179.185
				Total do passivo circulante		18.763.632	11.392.712
Não circulante				Não circulante			
Depósito judiciais		128.925	119.859	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	4.288.108	5.037.709
Total do realizável a longo prazo		128.925	119.859	Passivo de arrendamento	25	31.507.406	-
Imobilizado	12	24.537.289	25.086.420	Total do passivo não circulante		35.795.514	5.037.709
Intangível		33.975	56.629	Patrimônio líquido			
Direito de uso	25	34.586.890	-	Capital social	19	14.200.000	14.200.000
Total do ativo não circulante		59.287.079	25.262.909	Reservas de lucros	19	22.688.878	11.554.223
				Ajustes de avaliação patrimonial	19	4.638.638	5.350.330
				Total do patrimônio líquido		41.527.516	31.104.553
				Total do passivo		54.559.146	16.430.421
Total do ativo		96.086.662	47.534.974	Total do passivo e patrimônio líquido		96.086.662	47.534.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em Reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	21	96.345.216	81.827.323
Custo dos serviços prestados	22	<u>(62.349.996)</u>	<u>(63.699.665)</u>
Lucro bruto		<u>33.995.220</u>	<u>18.127.658</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	22	(10.774.806)	(10.289.314)
Outras receitas operacionais	22	<u>4.665.103</u>	<u>2.227.821</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>27.885.517</u>	<u>10.066.165</u>
Resultado financeiro	23	<u>(1.032.398)</u>	<u>867.990</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>26.853.119</u>	<u>10.934.155</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(9.475.829)	(4.218.957)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>749.601</u>	<u>438.703</u>
Resultado do exercício		<u>18.126.891</u>	<u>7.153.901</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em Reais - R\$

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício	18.126.891	7.153.901
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>18.126.891</u></u>	<u><u>7.153.901</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em Reais - R\$

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva para investimento					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.200.000	4.815.333	2.237.379	4.474.758	11.527.469	6.063.591	-	31.791.060	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(713.261)	713.261	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	7.153.901	7.153.901	
Dividendos distribuídos/antecipados (R\$ por ação)	-	(4.800.000)	-	-	(4.800.000)	-	-	(4.800.000)	
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	19.b	-	357.695	-	357.695	-	(357.695)	-	
Reserva para investimento	19.b	-	-	715.390	715.390	-	(715.390)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	19.c	-	-	-	-	-	(3.040.408)	(3.040.408)	
Constituição da reserva de lucros	19.b	-	3.753.669	-	3.753.669	-	(3.753.669)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.200.000	3.769.001	2.595.074	5.190.148	11.554.223	5.350.330	-	31.104.553	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(711.692)	711.692	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	18.126.891	18.126.891	
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	19.b	-	906.345	-	906.345	-	(906.345)	-	
Reserva para investimento	19.b	-	-	1.812.689	1.812.689	-	(1.812.689)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	19.c	-	-	-	-	-	(7.703.929)	(7.703.929)	
Constituição da reserva de lucros	19.b	-	8.415.621	-	8.415.621	-	(8.415.621)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.200.000	12.184.622	3.501.419	7.002.837	22.688.878	4.638.638	-	41.527.516	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal XXXIX de Santos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		18.126.891	7.153.901
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação	12	2.439.168	2.298.135
Amortização do direito de uso - CPC 06 (R2)	25	2.286.004	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	9.475.829	4.218.957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(749.601)	(438.703)
Resultado na venda de ativo imobilizado		709.344	319.821
Provisão para obsolescência dos estoques	11	154.456	69.379
Juros de passivo de arrendamento - CPC 06 (R2)	25	2.537.462	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Redução (aumento) em contas a receber de clientes		359.153	(210.540)
Aumento em estoques		(118.464)	(52.667)
Redução em adiantamento a fornecedores		82.364	83.620
Aumento em depósitos judiciais		(9.066)	(19.026)
Aumento em outros créditos		(32.404)	(388.420)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Redução em fornecedores		(770.357)	(48.830)
Aumento (redução) em provisões e encargos sobre a folha de pagamento		248.911	(350.699)
(Redução) aumento em impostos a recolher		(521.948)	368.849
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		-	(357.500)
Aumento (redução) aumento em partes relacionadas		879.281	(102.700)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.521.525)	(3.989.598)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		24.575.498	8.553.979
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12	(2.574.931)	(1.079.820)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.574.931)	(1.079.820)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	25	(3.987.536)	-
Pagamento de dividendos	19.c	(3.040.408)	(7.221.672)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(7.027.944)	(7.221.672)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		14.972.623	252.487
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	18.046.604	17.794.117
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	33.019.228	18.046.604
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		14.972.623	252.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

O Terminal XXXIX de Santos S.A. (“Companhia”) está localizado na cidade de Santos - SP e tem como objeto social a exploração e operação de terminal portuário para graneis sólidos na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos (“Terminal”). A Companhia possui contrato de exploração com a Sociedade de Docas do Estado de São Paulo (“CODESP”) com prazo de 25 anos, iniciado em 16 de outubro de 2000, sendo prorrogável por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado de 25 anos, mediante solicitação por escrito da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a Companhia protocolou e apresentou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o Plano de Investimentos Revisado, pedindo a recomposição do equilíbrio do contrato com a renovação antecipada do contrato por mais 25 anos, a partir de 2025. Em 27.03.2018 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, onde o contrato foi prorrogado até 16.10.2050 condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil tonenaldas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente.

A Companhia efetua pagamentos mensais à CODESP e possui os seguintes compromissos, com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias, dos seguintes valores:

- (a) R\$ 5.455,8275 a cada seis horas de permanência do navio atracado no berço.
- (b) R\$ 4,157895 até julho de 2019, por tonelada embarcada referente a uso do berço
- (c) R\$ 1,063 por tonelada embarcada referente a Movimentação Bx e manutenção de equipamentos.
- (d) R\$ 0,1098 por kwh de energia elétrica utilizada da Tab V 2.2 fixa e 0,5841, em média, de energia Média/Alta.
- (e) R\$ 12.500,00 mensais aproximadamente por consumo de água.
- (f) R\$ 119.115,18 de aluguel (fixo).
- (g) R\$ 29.842,11 de condomínio (fixo).

Com a assinatura do novo aditivo, o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC para embarque será escalonado conforme clausula sétima, partindo de 1.832.611 toneladas em 2017 até o limite de 4.200.070 toneladas para o ano de 2034. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual (sendo as principais a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas até 30 de abril de cada ano subsequente ao encerramento do exercício; obtenção e manutenção das certificações ISO 9001, 14001 e 18001; apólices de seguros com coberturas de responsabilidade civil e danos materiais em geral; e apresentação de garantia de aluguel e tarifas Portuárias para Atracação de Navios), fica sujeito à intervenção no arrendamento da Companhia desde que não tenha

causas justificadoras. Existe também o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Companhia e sua controlada no qual o CPC 06 – Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17** - Ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 20** - Instrumentos financeiros: classificação de instrumentos financeiros; e

- **Nota explicativa nº 7 (g), e 25** - Operações e classificações de arrendamento mercantil: determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 12** - Vida útil do ativo imobilizado: revisão das taxas de depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 17** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis às novas normas CPC's e interpretações

Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) *Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)*
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) *Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)*
A Companhia arrenda diversos equipamentos de produção. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

c. *Como arrendador*

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias e ativos de direito de uso. A Companhia classificou esses arrendamentos como operacionais.

A Companhia não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

A Companhia subarrendou algumas de suas propriedades. De acordo com o CPC 06(R1), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. Na transição para o CPC 06(R2), os ativos de direito de uso reconhecidos a partir dos arrendamentos são apresentados em propriedades para investimento e mensurados pelo valor justo nessa data. A Companhia avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2).

A Companhia aplicou o CPC 47 Receita de contrato com cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento.

d. Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso, reconhecendo o saldo em 1º de janeiro de 2019. O impacto na transição está resumido abaixo.

	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial CPC 06 (R2)	Saldo após adoção inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante	22.272.065	-	22.272.065
Total do ativo circulante	<u>22.272.065</u>	<u>-</u>	<u>22.272.065</u>
Realizável a longo prazo			
Direito de uso	-	34.287.156	34.287.156
Demais ativos	25.262.910	-	25.262.910
Total do ativo não circulante	<u>25.262.910</u>	<u>34.287.156</u>	<u>59.550.066</u>
Total do ativo	<u>47.534.975</u>	<u>34.287.156</u>	<u>81.822.131</u>
Passivo			
Circulante	11.392.712	3.836.539	15.229.251
Total de passivo circulante	<u>11.392.712</u>	<u>3.836.539</u>	<u>15.229.251</u>
Não circulante	5.037.709	30.450.617	35.488.326
Total do passivo não circulante	<u>5.037.709</u>	<u>30.450.617</u>	<u>35.488.326</u>
Patrimônio líquido	31.104.553	-	31.104.553
Total do Passivo e Patrimônio líquido	<u>47.534.975</u>	<u>34.287.156</u>	<u>81.822.131</u>

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa nº 5.

a. Receita operacional

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Variações cambiais e monetárias passivas;
- Variações cambiais e monetárias ativas; e
- Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais, do ativo imobilizado para os exercícios são as seguintes:

	média ponderada - %
Locomotiva	6,56
Móveis e utensílios	5,56
Instalações	17,15
Máquinas e equipamentos	6,00
Veículos	20,00
Equipamentos e periféricos de informática	34,25
Equipamentos de telecomunicação	5,56
Construção civil	2,38
Sistema de recebimento	5,56
Sistema de expedição	5,56
Energização	8,00
Linhas férreas	4,35
Máquinas e equipamentos - área comum	3,70

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Concessões

A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

h. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(ii) *Como arrendatário*

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social

As ações do capital social da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

O montante relativo aos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forwardlooking*”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	945.737	890.967
Aplicações financeiras (i)	<u>32.073.491</u>	<u>17.155.637</u>
	<u>33.019.228</u>	<u>18.046.604</u>

As aplicações financeiras representadas por títulos de renda fixa são remuneradas a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, os quais apresentam liquidez diária e possuem prazo de carência para resgate inferior a 90 dias a partir da data de aplicação.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20.

10 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	1.798.462	1.736.846
Contas a receber - Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	<u>333.763</u>	<u>754.531</u>
	<u>2.132.225</u>	<u>2.491.377</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os valores das contas a receber referem-se a faturas referente ao término do embarque de navio próximo ao final do mês que teve sua liquidação no prazo máximo de 7 (sete) dias após a data de embarque.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 20.

11 Estoques

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais de almoxarifado	1.581.329	1.462.865
(-) Provisão para obsolescência	<u>(400.687)</u>	<u>(246.231)</u>
	<u>1.180.642</u>	<u>1.216.634</u>

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	246.231	176.852
Adições	<u>154.456</u>	<u>69.379</u>
Saldo final	<u>400.687</u>	<u>246.231</u>

12 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	424.053	(225.233)	198.820	381.619	(199.403)	182.216
Instalações	387.935	(155.410)	232.525	295.182	(144.922)	150.260
Máquinas e equipamentos	3.874.633	(3.238.903)	635.730	3.954.000	(3.172.855)	781.145
Veículos	171.672	(42.789)	128.883	155.098	(86.340)	68.758
Equipamentos e periféricos de informática	199.612	(137.784)	61.828	186.040	(141.353)	44.687
Construção civil	18.905.588	(8.161.787)	10.743.801	18.905.588	(7.815.205)	11.090.383
Sistema de recebimento	14.296.941	(9.879.835)	4.417.106	12.935.533	(9.171.126)	3.764.407
Sistema de expedição	16.519.355	(12.419.542)	4.099.813	16.519.355	(11.686.318)	4.833.037
Energização	1.301.488	(1.266.393)	35.095	1.301.488	(1.261.352)	40.136
Linha férrea	4.473.440	(2.049.445)	2.423.995	4.473.440	(1.859.395)	2.614.045
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	(978.320)	628.446	1.606.766	(939.037)	667.729
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	(538.101)	18.747	556.848	(432.298)	124.550
Outros Imobilizados em andamento	-	-	-	725.068	-	725.068
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecanicos	912.500	-	912.500	-	-	-
	<u>63.630.831</u>	<u>(39.093.542)</u>	<u>24.537.289</u>	<u>61.996.025</u>	<u>(36.909.604)</u>	<u>25.086.420</u>

b. Movimentação do custo

	31/12/2018		31/12/2019		
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	381.619	46.319	(3.885)	-	424.053
Instalações	295.182	107.786	(15.033)	-	387.935
Máquinas e equipamentos	3.954.000	-	(79.367)	-	3.874.633
Veículos	155.098	90.738	(74.164)	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	186.040	34.620	(21.048)	-	199.612
Construção civil	18.905.588	-	-	-	18.905.588
Sistema de recebimento	12.935.533	1.361.408	(459.850)	459.850	14.296.941
Sistema de expedição	16.519.355	-	-	-	16.519.355
Energização	1.301.488	-	-	-	1.301.488
Linha férrea	4.473.440	-	-	-	4.473.440
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	-	-	-	1.606.766
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	-	-	-	556.848
Outros Imobilizados em andamento	725.068	21.560	(286.778)	(459.850)	-
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecanicos	-	912.500	-	-	912.500
	<u>61.996.025</u>	<u>2.574.931</u>	<u>(940.125)</u>	<u>-</u>	<u>63.630.831</u>
	31/12/2017	31/12/2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Móveis e utensílios	353.580	29.050	(1.011)	-	381.619
Instalações	272.022	23.160	-	-	295.182
Máquinas e equipamentos	3.956.862	-	(2.862)	-	3.954.000
Veículos	113.745	41.353	-	-	155.098
Equipamentos e periféricos de informática	162.212	24.252	(424)	-	186.040
Construção civil	18.905.588	-	-	-	18.905.588
Sistema de recebimento	12.526.241	409.292	-	-	12.935.533
Sistema de expedição	16.519.355	-	-	-	16.519.355
Energização	1.301.488	-	-	-	1.301.488
Linha férrea	4.473.440	-	-	-	4.473.440
Máquinas e equipamentos - área comum	1.606.766	-	-	-	1.606.766
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	556.848	-	-	-	556.848
Outros Imobilizados em andamento	491.924	552.712	(319.568)	-	725.068
	<u>61.340.071</u>	<u>1.079.820</u>	<u>(323.865)</u>	<u>-</u>	<u>61.996.025</u>

c. Movimentação da depreciação acumulada

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>				
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação Acumulada	
Móveis e utensílios	(199.403)	(29.231)	3.401	-	(225.233)	
Instalações	(144.922)	(25.521)	15.033	-	(155.410)	
Máquinas e equipamentos	(3.172.855)	(128.808)	62.760	-	(3.238.903)	
Veículos	(86.340)	(30.612)	74.163	-	(42.789)	
Equipamentos e periféricos de informática	(141.353)	(17.478)	21.047	-	(137.784)	
Construção civil	(7.815.205)	(346.582)	-	-	(8.161.787)	
Sistema de recebimento	(9.171.126)	(764.877)	56.168	-	(9.879.835)	
Sistema de expedição	(11.686.318)	(733.224)	-	-	(12.419.542)	
Energização	(1.261.352)	(5.041)	-	-	(1.266.393)	
Linha férrea	(1.859.395)	(190.050)	-	-	(2.049.445)	
Máquinas e equipamentos - área comum	(939.037)	(39.283)	-	-	(978.320)	
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(432.298)	(105.803)	-	-	(538.101)	
	<u>(36.909.604)</u>	<u>(2.439.168)</u>	<u>232.572</u>	<u>-</u>	<u>(39.093.542)</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>				
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação Acumulada	
Móveis e utensílios	(173.463)	(26.697)	757	-	(199.403)	
Instalações	(127.846)	(17.076)	-	-	(144.922)	
Máquinas e equipamentos	(3.029.290)	(146.427)	2.862	-	(3.172.855)	
Veículos	(56.699)	(29.641)	-	-	(86.340)	
Equipamentos e periféricos de informática	(130.182)	(11.595)	424	-	(141.353)	
Construção civil	(7.468.623)	(346.582)	-	-	(7.815.205)	
Sistema de recebimento	(8.573.152)	(597.974)	-	-	(9.171.126)	
Sistema de expedição	(10.933.594)	(752.724)	-	-	(11.686.318)	
Energização	(1.256.312)	(5.040)	-	-	(1.261.352)	
Linha férrea	(1.669.345)	(190.050)	-	-	(1.859.395)	
Máquinas e equipamentos - área comum	(899.754)	(39.283)	-	-	(939.037)	
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(320.929)	(111.369)	-	-	(432.298)	
	<u>(34.639.189)</u>	<u>(2.274.458)</u>	<u>4.043</u>	<u>-</u>	<u>(36.909.604)</u>	

d. Custo atribuído

A Companhia optou pela aplicação do custo atribuído na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, conforme previsto na interpretação técnica ICPC 10 - Ativo Imobilizado. As respectivas avaliações estão suportadas por laudo técnico de avaliação realizado por empresa especializada independente e as taxas de depreciação dos bens avaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de lucros acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram

origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre o custo atribuído, em 31 de dezembro de 2019, totaliza R\$ 2.389.601, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”. Veja nota explicativa 17.

e. Análise sobre o valor de recuperação dos ativos (“impairment”)

A Administração revisou o valor contábil do imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perda (“impairment”) de seus ativos.

13 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Tarifas portuárias relacionadas a embarque de navios	978.893	2.046.006
Serviços de manutenção	477.448	323.475
Benefícios funcionários	287.510	118.358
Despesas de vigilância patrimonial	57.509	226.780
Outros	356.244	213.341
	2.157.604	2.927.960

14 Provisões e encargos sobre folha de pagamento

	31/12/2019	31/12/2018
Férias a pagar	1.500.864	1.264.724
Ordenados a pagar	314.111	345.568
INSS a recolher	304.258	294.426
IRRF s/ salários	102.190	78.619
FGTS a recolher	95.659	91.686
INSS sobre serv. Prest. Terceiros	23.197	31.989
Outros	57.576	41.932
	2.397.855	2.148.944

15 Impostos a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS a recolher	578.967	881.201
PIS a recolher	125.451	191.158
ISS s/ faturamento	460.444	594.207
Retenções Lei nº 10.833	50.573	40.132
ISS Retido Serv. terceiros	36.702	79.959
Outros	19.320	6.748
	1.271.457	1.793.405

16 Plano de previdência privada

A Companhia contribui como patrocinadora, e seus funcionários também contribuem, para um plano de aposentadoria de contribuição definida, instituído em 1º de janeiro de 2004 e administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (“BrasilPrev”), denominado Plano Renda Total Terminal XXXIX Prev, cujas reservas são atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

Compete à Companhia o pagamento das contribuições e à BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. O plano tem as seguintes definições básicas:

- (a) Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, podendo a renda mensal ser vitalícia, temporária, vitalícia com prazo mínimo garantido ou vitalícia reversível ao cônjuge ou companheiro(a).
- (b) O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de contribuição definida será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contribuiu com aproximadamente R\$ 167.062 (R\$ 35.322 em 31 de dezembro de 2018).

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferido têm a seguinte origem:

	31/12/2019	31/12/2018	Resultado
Provisão para obsolescência dos estoques	136.234	83.719	52.515
Efeitos do passivo de arrendamento - CPC 06	284.216	-	284.216
Custo atribuído do ativo imobilizado e diferença na depreciação fiscal e econômica	<u>(4.708.558)</u>	<u>(5.121.428)</u>	<u>412.870</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	<u>(4.288.108)</u>	<u>(5.037.709)</u>	<u>749.601</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos.

b. Conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.853.119	10.934.155
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(9.130.060)	(3.717.613)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	403.832	(62.641)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(8.726.228)	(3.780.254)
Representados por:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.475.829)	(4.218.957)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	749.601	438.703
	(8.726.228)	(3.780.254)
Aliquota efetiva	32%	35%

18 Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a assuntos de natureza cível, trabalhista e tributária, advindos do curso normal de suas operações. De acordo com a legislação fiscal vigente, as declarações de imposto de renda da Companhia dos últimos cinco exercícios e os impostos e as contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Riscos possíveis

A Companhia ainda é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Tais processos totalizam aproximadamente R\$ 25.000 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 500.000 em 2018).

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social está representado por 14.200.000 ações ordinárias, sendo 7.100.000 ações classe “A” e 7.100.000 ações classe “B”, nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento

Constituída à razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto Social, destinada exclusivamente às reformas, recuperações, modernizações, ampliações e outras despesas eventuais, até o limite de 10% da receita bruta do exercício.

Reserva para retenção de lucros

A destinação dessa reserva para distribuição de dividendos ou investimentos, será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A distribuição do lucro será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	18.126.891	7.153.901
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(906.345)	(357.695)
(-) Constituição de reserva para investimento - 10%	<u>(1.812.689)</u>	<u>(715.390)</u>
Base de cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	15.407.857	6.080.816
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (nota explicativa 24.b)	<u>7.703.929</u>	<u>3.040.408</u>

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído ao imobilizado

Composto pela reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores em decorrência da reavaliação de ativos próprios e pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído. Em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, os saldos de reserva de reavaliação foram transferidos para a conta "Ajustes de avaliação patrimonial" a fim de compor o novo saldo de custo atribuído do ativo imobilizado líquido dos tributos diferidos.

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019	Designados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 2	Total
Ativos financeiros não - mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos	-	945.737	-	945.737
Aplicações financeiras	32.073.491	-	23.286.625	32.073.491
Contas a receber de clientes	-	2.132.225	-	2.132.225
Adiantamento a fornecedores	-	26.089	-	26.089
Outros créditos	-	441.400	-	441.400
Total	<u>32.073.491</u>	<u>3.545.451</u>	<u>32.073.491</u>	<u>35.618.942</u>

	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	2.157.603	2.157.603
Partes relacionadas	8.723.782	8.723.782
Total	<u>10.881.385</u>	<u>10.881.385</u>

Em 31 de dezembro de 2018	Designados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 2	Total
Ativos financeiros não - mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos	-	890.967	-	890.967
Aplicações financeiras	17.155.637	-	17.155.637	17.155.637
Contas a receber de clientes	-	2.491.376	-	2.491.376
Adiantamento a fornecedores	-	108.454	-	108.454
Outros créditos	-	408.997	-	408.997
Total	<u>17.155.637</u>	<u>3.899.794</u>	<u>17.155.637</u>	<u>21.055.431</u>

	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	2.927.960	2.927.960
Partes relacionadas	3.179.185	3.179.185
Total	<u>6.107.145</u>	<u>6.107.145</u>

Para o exercício corrente, a divulgação do valor justo dos passivos de arrendamento não é requerida. Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo.

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor justo que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração reporta-se regularmente aos acionistas sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, a fim de definir limites e controles de riscos apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras brasileiras de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, como a atividade-fim da Companhia é caracterizada pela prestação de serviços de embarque por meio de contratos celebrados anualmente e o faturamento é efetuado por meio de embarques individuais, em que são recebidos 50% do valor antes da atracação e 50% cinco dias após a desatracação, este risco acaba sendo minimizado. Outro fator que minimiza este risco é em virtude de esses clientes serem multinacionais de renome e, principalmente, por estes manterem estoque durante todo o ano. A Companhia apresenta concentração de vendas com suas partes relacionadas, a capacidade da Companhia de regular sua operação em bases normais depende da manutenção das vendas a estas partes relacionadas.

A Companhia trabalha com aproximadamente 70% em contratos assinados para a safra do ano e 30% no mercado “spot” devido à necessidade de outros “players” e à disponibilidade no período. Mesmo assim, essas empresas são clientes que já operaram com o Terminal e que possuem outro Terminal no Porto; porém, a necessidade de mais espaço para cumprir os seus volumes negociados as obriga a contratar espaços “spots” em outros Terminais, obedecendo estas às mesmas regras de pagamento.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía garantias cedidas a terceiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente a fim de cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, nos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos

de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional a fim de evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, bem como danos à sua imagem, buscando eficácia na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Gerência da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para a segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, criando a sustentação do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para as acionistas.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com vistas à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

21 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de serviços prestados	112.898.350	95.143.874
(-) Impostos sobre receita bruta	<u>(16.553.134)</u>	<u>(13.316.551)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>96.345.216</u></u>	<u><u>81.827.323</u></u>

22 Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços prestados	(62.349.996)	(63.699.665)
Despesas administrativas	(10.774.806)	(10.289.314)
Outras receitas operacionais	<u>4.665.103</u>	<u>2.227.821</u>
	<u>(68.459.700)</u>	<u>(71.761.158)</u>

	2019	2018
Tarifas portuárias	(15.327.919)	(17.513.845)
Mão de obra de terceiros	-	(90.912)
Aluguel de equipamentos (i)	(2.088.356)	(5.556.684)
Estiva	(9.321.124)	(8.404.179)
Pessoal	(19.536.113)	(16.854.323)
Manutenção	(6.379.331)	(6.118.426)
Gerais	(5.869.299)	(4.571.817)
Serviços prestados por terceiros	(1.824.828)	(1.864.769)
Depreciação	(2.404.564)	(2.277.267)
Amortização de direito de uso	(2.286.004)	-
Tributárias	(75.370)	(127.292)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(3.346.792)</u>	<u>(8.381.644)</u>
	<u>(68.459.700)</u>	<u>(71.761.158)</u>

- (i) As despesas com aluguel de equipamentos se referem substancialmente a locação de locomotiva utilizada na descarga, para manobra interna de vagões no montante de R\$ 1.474.747, plataformas elevatórias para manutenções diversas no montante de R\$ 491.550 e outras máquinas e equipamentos de forma esporádica no fluxo das operações no montante de R\$ 122.059. Estes aluguéis não estão no escopo do IFRS16 por se tratar de contratos de baixos valores e de curtíssimo prazo e, desta forma, são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

23 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	1.353.753	885.362
Juros ativos	157.393	4
Descontos obtidos	787	588
	<u>1.511.932</u>	<u>885.955</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente – CPC 06 (R2)	(2.537.462)	-
Despesas bancárias	(3.440)	(3.430)
Juros passivos	(3.428)	(14.535)
	<u>(2.544.330)</u>	<u>(17.965)</u>
	<u>(1.032.398)</u>	<u>867.990</u>

24 Partes relacionadas

a. Controladoras

A Companhia é controlada em conjunto por Rumo Malha Norte S.A. e Caramuru Alimentos S.A.

b. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, as quais foram realizadas para os respectivos tipos de operações:

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são conforme abaixo:

Contas a receber	31/12/2019	31/12/2018
Caramuru Alimentos S.A.	<u>333.763</u>	<u>754.531</u>
Total das contas a receber	<u>333.763</u>	<u>754.531</u>
Contas a pagar	31/12/2019	31/12/2018
Caramuru Alimentos S.A.	918.032	-
Rumo Malha Paulista S.A.	101.821	-
Elevações Portuárias S.A.	<u>-</u>	<u>138.777</u>
Total do contas a pagar	<u>1.019.853</u>	<u>138.777</u>
Dividendos a pagar	31/12/2019	31/12/2018
Caramuru Alimentos S.A.	3.851.964	1.520.204
Rumo Malha Norte S.A.	<u>3.851.964</u>	<u>1.520.204</u>
Total dos dividendos a pagar	<u>7.703.929</u>	<u>3.040.408</u>
Total geral	<u>8.723.782</u>	<u>3.179.185</u>

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são conforme abaixo:

Caramuru Alimentos S.A.	31/12/2019	31/12/2018
Receitas:		
Receita de serviços prestados	<u>25.797.878</u>	<u>27.496.742</u>
Total das receitas de serviços prestados	<u>25.797.878</u>	<u>27.496.742</u>
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Custos e despesas com operação portuária + Rateio CSC	<u>(4.104.648)</u>	<u>(3.790.105)</u>
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(4.104.648)</u>	<u>(3.790.105)</u>
Rumo Malha Paulista S.A. & Elevações Portuárias S.A.	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Despesas com aluguel de locomotiva	<u>(1.425.493)</u>	<u>(2.444.793)</u>
Rateio de custos CSC Intragrupo	<u>(596.916)</u>	<u>(1.665.324)</u>
Total dos custos e despesas operacionais	<u>(2.022.409)</u>	<u>(4.110.117)</u>

c. Remuneração da Administração

Em 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 565.776 (R\$ 318.789 em 2018) e inclui salários e benefícios variáveis.

d. Compromissos contratuais com partes relacionadas

A Companhia foi contratada por Caramuru Alimentos S.A. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de graneis para exportação em sistema de pool no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 695.000 toneladas de Farelo de Soja, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total será embarcada em até 31 de dezembro de 2020.

25 Arrendamento mercantil

a. Arrendamentos como arrendatário CPC 06(R2)

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 2.286.004 de depreciação e R\$ 2.537.462 de juros destes arrendamentos.

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 45.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas.

O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até outubro de 2050.

A Companhia também é arrendatária de quatro Pás Carregadeiras e Escavadeira utilizadas para auxiliar no escoamento dos produtos que são embarcados.

Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

(i) Ativos de direito de uso

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Adoção Inicial em 1º de janeiro de 2019 – CPC 06 (R2)	34.287.156
Remensuração	2.585.738
Adição	-
Baixa	-
Amortização	<u>(2.286.004)</u>
 Total em 31 de dezembro de 2019	 <u>34.586.890</u>
 Composição em 31 de dezembro de 2019	
Valor do custo	36.872.894
Depreciação acumulada	<u>(2.286.004)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>34.586.890</u>

(ii) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Adoção Inicial em 1º de janeiro de 2019	34.287.156
Remensuração de contratos	2.585.738
Adição de novos contratos	-
Pagamento de principal	(3.987.536)
Ajuste a valor presente CPC 06 (R2)	<u>2.537.462</u>
 Saldo final	 <u>35.422.821</u>
 Passivo circulante	 3.915.415
Passivo não circulante	31.507.406

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 7,36%, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas.

De acordo com a legislação tributária vigente, a Empresa tem o direito de tomar créditos de PIS e Cofins sobre o fluxo de pagamentos para liquidação do seus passivos de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2019 é de cerca de R\$ 3.276.910.

(iii) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

26 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 146.860.000 (R\$ 146.860.000 em 31 de dezembro de 2018), referindo-se a danos materiais, responsabilidade civil com a apólice de Operador Portuario com cobertura de R\$ 154.050.000 e Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis, com cobertura de R\$ 25.200.000.

28 Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Entretanto, considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

* * *

Antônio Ismael Ballan
Diretor Superintendente

Joaquim Carlos Sepulveda
Diretor de operações

Ademilson Vitorino Alves
Contador
CRC 1PR 031013/O "T" SP